

As Forças Armadas e a estratégia de desenvolvimento da Era Vargas

Felipe Maruf Quintas^a

Resumo: O artigo analisa o papel das Forças Armadas brasileiras no processo de centralização política e econômica ocorrido durante a Era Vargas, a partir da Revolução de 1930. O movimento revolucionário rompeu com o federalismo oligárquico da Primeira República, transferindo o poder das elites regionais para o Executivo federal. Nesse contexto, os militares, especialmente os tenentes, tornaram-se agentes centrais na reorganização do Estado, contribuindo para a consolidação de um projeto desenvolvimentista de caráter nacionalista e autoritário. O estudo destaca como o protagonismo militar foi fundamental para a construção de um novo arranjo institucional voltado à modernização econômica e à centralização do poder no período.

Palavras-chave: Era Vargas; Forças Armadas; Desenvolvimentismo.

A Revolução de 1930 pôs fim à Primeira República e deu início à Era Vargas. Uma das suas principais características foi a transferência de poder das oligarquias civis regionais para o Executivo federal. A centralização política fortaleceu o militarismo como fator de organização do poder nacional. Os “tenentes” sustentaram a posse de Getúlio

Vargas, e, assim, realizaram seu plano, há muito acalentado, de substituir o federalismo oligárquico da chamada “política do café-com-leite” por um arranjo nacional de poder com protagonismo militar.

O processo de modernização encetado pela República não mais cabia nos paradigmas políticos e econômicos liberal-

^a Doutor em Ciência Política.



oligárquicos prevalecentes durante a vigência do chamado Pacto do café-com-leite. A instabilidade política e social no decorrer da década de 1920 expressava a incompatibilidade entre a emergência das forças urbano-industriais, tanto de elite quanto populares, e a hegemonia institucional de oligarquias asentadas em arranjos coronelistas.

Coube às Forças Armadas, sobretudo aos jovens oficiais, os “tenentes”, organizar as primeiras contestações a partir de uma visão reformista e tecnocrática conciliar os benefícios do progresso – industrialismo, desenvolvimentismo, bem-estar social – com os imperativos da ordem – integração nacional, contenção da subversão, regulação do capital e do trabalho. A preeminência carismática de Getúlio Vargas, no bojo do programa nacionalista, desenvolvimentista e sindicalista da Aliança Liberal, aplicado a partir da Revolução de 1930, aglutinou as forças contestatórias à Primeira República e cons-

tituiu o vetor de alavancagem do setor militar ao primeiro plano da política nacional.

Para construir o Estado nacional, Vargas procurou desencilhá-lo da submissão a interesses antinacionais internos e externos e dotá-lo da racionalidade e da capacidade de planejamento necessárias a empreender tarefas construtivas da nacionalidade. Em particular, ganhou primazia a questão do trabalho, tanto pelo lado da amplificação da geração de riquezas através do industrialismo quanto pelo da proteção e da organização sociais das classes assalariadas por meio da legislação trabalhista e do aparato sindical e previdenciário.

Porém, a questão do trabalho não era lida, por Vargas e seu governo, pelo prisma marxista da luta de classes, mas pelo prisma nacionalista, de inspiração sansimoniana¹, da harmonização pública das classes produtoras, fossem elas empresariais ou laborais, a partir de instituições fomentadoras de solidarie-



dade social. Patrões e empregados cumpriram funções distintas e interdependentes no arcabouço da economia nacional, a qual, por ser fator de construção da Nação, deveria ser regulada e coordenada – não dirigida ou controlada – pelo Estado, organização política da nacionalidade. A nacionalização da economia e a nacionalização da política foram correlatas, e as Forças Armadas cumpriram importante papel unificador e integrador das instâncias decisórias do novo regime².

A nacionalização da política e da economia e o início da construção do Poder Nacional não se deram sem conflitos. Ao longo da década de 1930, o Governo Federal, sempre apoiado por frações majoritárias do Exército, construiu robusta política de segurança nacional para cercar as forças oligárquicas e/ou anti-nacionais que se aproveitavam da precocidade do arranjo nacionalista de poder erigido com a Revolução de 1930 para disputar o controle do país e submetê-lo

a seus interesses. As sedições de 1932, 1935 e 1938, todas elas puxadas por grupos conscientemente a serviço de poderes externos – os liberais oligarcas ligados aos interesses do capital britânico, os comunistas vinculados à União Soviética e os integralistas atrelados ao nazifascismo europeu, respectivamente – representaram tentativas de cindir o Brasil a fim de reparti-lo entre poderes transnacionais.

A militarização do Estado, fazendo das Forças Armadas principal veículo e sustentáculo de poder em substituição às oligarquias civis expurgadas em 1930, contribuiu para proporcionar sentido de unidade, disciplina e orientação eminentemente nacionais. Governando sem partidos de 1930 a 1945, Vargas dependeu da força militar para conduzir seu governo e o tocou de maneira a corresponder às aspirações nacionalistas cultivadas pelos militares desde, pelo menos, a Guerra do Paraguai, quando a caserna demons-



trou seu valor para a manutenção da integridade territorial brasileira. Como afirmou o historiador José Murilo de Carvalho,

ao chegar ao governo em 1930 no vácuo de poder aberto pela crise oligárquica, Vargas incentivou a transformação das Forças Armadas em ator político. Mais ainda: fez delas um dos pilares de sua sustentação, um contrapeso às forças oligárquicas. O auge do entendimento, a lua-de-mel, deu-se durante o Estado Novo (1937-1945) quando houve total coincidência dos interesses do presidente e da corporação militar. Nos últimos anos do Estado Novo, no entanto, começou o processo de divórcio que caracterizou a terceira fase (1945-1964).³

Nas condições do Brasil, as Forças Armadas, tal como entendia Vargas, não seria apenas um instrumento de defesa pátria, mas instituição precípua da construção do País. Vargas propunha explicitamente a militarização da vida nacional, para aglutinar a

totalidade da Nação em torno de um sentido estratégico e cívico-patriótico, sem o qual não seria possível atribuir caráter nacional às relações econômicas e territoriais. Vargas diferenciava os países “de velha civilização”, cuja maturidade histórica e socioeconômica permitiria restringir as funções militares à Defesa nacional, do Brasil, cuja incompletude e fragilidade faziam urgente o protagonismo castrense na consecução das tarefas de desenvolvimento e integração, já que delas dependeria a criação dos meios físicos e materiais indispensáveis à defesa do país. Assim expõe Vargas, em discurso de 6 de agosto de 1941:

Nos países de velha civilização, completamente desbravados e cultivados, a missão das Forças Armadas se limita às tarefas imediatas de assegurar a ordem interna e garantir a integridade territorial. Os exércitos vivem quase à margem da vida civil, consagrados à preparação para as emergências de guerra e ao estudo dos temas de luta



contra o invasor provável ou o inimigo possível. Entre nós, povo de formação recente, de baixa densidade demográfica em relação ao território extenso e inexplorado, cabem às forças militares tarefas mais amplas e multiformes. Elas não são, apenas, os estímulos da defesa do solo pátrio; agem, também, como pioneiras no desbravamento e ocupação da terra, ligadas a todas as atividades construtivas, auxiliando o desenvolvimento do país nos setores industriais, nas comunicações, nos transportes, nas pesquisas das riquezas naturais e seu aproveitamento⁴.

A imbricação das esferas civis e militares conferiria às Forças Armadas a liderança institucional do desenvolvimento nacional, colocando-o a serviço da preservação da ordem social, assim como função pedagógica, de adequação do corpo demográfico aos valores patrióticos dos quais elas seriam as guardiãs. Tal concepção antecipava, em aspectos essenciais, os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, calcada no binômio

segurança/desenvolvimento como atribuição nacional da liderança castrense.

Como afirmou Vargas, em discurso de 29 de abril de 1937,

Num país de economia em organização, com abundantes fontes de riqueza por explorar, dono de vasto território ainda não articulado por vias de comunicação que lhe venham dar perfeita homogeneidade social e econômica, e na fase culminante do seu caldeamento étnico, a função das corporações militares sobreleva a de quaisquer outras, em importância e complexidade. Além da vigilância e garantia que oferecem, são entidades educadoras em contato direto com as populações, às quais dão exemplo e estímulo de amor à Pátria e respeito às instituições. Por isso mesmo, arcam com responsabilidades graves e pesadas, como sejam as de colocar-se, a qualquer momento, contra as forças desintegradoras disfarçadas à sombra de falsas reivindicações ou mal dissimuladas em suscetibilidades regionalistas, fonte de exploração preferida para as ambições de grupos, ge-



ralmente contrapostos aos legítimos interesses nacionais⁵.

Ele não distorcia a realidade ao afirmar categoricamente, em seu último discurso no Senado, em 3 de julho de 1947, que “a preocupação máxima de meu Governo foi a Defesa nacional”. Não poderia ser de outro modo, pois o reaparelhamento militar constituiu objetivo central de Vargas, sempre presente nos

O peso orçamentário e os efetivos das Forças Armadas também foram acentuadamente redimensionados na Era Vargas, antes mesmo do estalar da Segunda Guerra, como demonstram os quadros abaixo.

Durante o conflito mundial, no qual o Brasil participou enviando à Europa a Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada em 9 de agosto de 1943 para combater na Europa contra o nazifas-

Quadro 1 - Efetivos do Exército Brasileiro, 1930-1944

	ANOS					
Efetivos	1930	1932	1934	1936	1940	1944
Oficiais	4.185	5.037	6.103	6.585	6.429	10.087
Praças	43.812	57.358	74.079	74.284	-	161.213
Total	47.997	62.395	80.182	80.869	93.000	171.300

Fonte: CARVALHO, 2006, p. 87

seus discursos e ações.

A criação do Ministério da Aeronáutica⁶ foi um divisor de águas na história militar brasileira, criando uma terceira força armada que se mostraria fundamental desde então para o incremento da aviação e da proteção nacionais.

cismo, os dispêndios militares naturalmente foram incrementados. Em face de toda honra e virtude envolvendo a FEB, que impôs derrotas significativas ao totalitarismo e fez a “cobra fumar”, todo gasto seria pouco para homenagear os valentes pracinhas. Dentre as conquistas,



destaca-se o Brasil ter sido a única força aliada a capturar integralmente uma divisão alemã, incluindo seu comando – a 148^a.

Em seu segundo governo, uma das mais importantes decisões de Vargas no tocante à defesa nacional foi o aprovei-

tamento civil e militar do átomo, para fazer o Brasil ingressar na era termonuclear recém-inaugurada pelas potências mundiais. Vargas desejava situar o Brasil na fronteira tecnológica para realizar o sonho e a visão do Brasil Potência, de modo que pudéssemos participar

Quadro 2 - Gastos militares em % dos gastos ministeriais totais

Ano	Exército	Marinha	Aeronáutica	Total
1929	12,5	7,2	-	19,7
1930	12,3	7,3	-	19,6
1931	13,3	6,0	-	19,5
1932	25,0	6,4	-	31,4
1933	17,6	7,3	-	24,9
1934	19,6	7,6	-	27,2
1935	18,1	6,7	-	24,8
1936	17,6	6,7	-	24,3
1937	19,9	9,7	-	29,6
1938	19,2	11,2	-	30,4
1939	18,1	7,2	-	25,3
1940	19,0	7,8	-	26,8
1941	19,3	7,3	-	26,6
1942	23,5	7,5	5,5	36,5
1943	17,4	7,0	5,8	30,2
1944	18,4	7,2	6,5	32,1
1945	16,3	6,3	6,3	28,9

Fonte: CARVALHO, 2006, p. 89



soberanamente dos destinos mundiais em vez de sermos guiados heteronomamente por forças exógenas. Assim, não apenas se introduziu, no âmbito do CNPq, as primeiras pesquisas atômicas no Brasil, sob a coordenação do almirante Álvaro Alberto, como, ainda, se encomendou moderníssimas ultracentrífugas à República Federal da Alemanha, que permitiria ao Brasil desenvolver a bomba atômica. Ciente do risco que o nacionalismo varguista representava para a hegemonia estadunidense no continente americano, autoridades daquele país ordenaram aos serviços britânicos de segurança o embargo das ultracentrífugas na Alemanha Ocidental, ocupada pelas potências aliadas desde o término da Segunda Guerra Mundial⁷.

A estruturação militar na Era Vargas não serviu apenas aos combates em si, mas participou ativamente da industrialização. A industrialização é anterior à Era Vargas, mas ela atribuiu sentido estratégico e

social ao crescimento industrial. A instalação das indústrias de base, ponto prioritário de Vargas desde a campanha presidencial de 1930, serviu, entre outros aspectos, para equipar as forças militares e incrementar a defesa e a segurança nacionais. A criação das indústrias de base correspondeu, portanto, a um esforço de criação de um poderoso complexo industrial-militar, pois visava nacionalizar o suprimento dos insumos e matérias-primas necessárias ao armamento do país.

Não por coincidência, Getúlio nomeou militares para posições de proa na administração das novas empresas e organismos responsáveis pela industrialização nacional. A Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, instituída em 1938 para articular a criação da Siderúrgica Nacional, foi entregue ao coronel Edmundo de Macedo Soares, futuro diretor-técnico da Companhia Siderúrgica Nacional, presidida, durante a sua construção, inicialmente pelo em-



presário Guilherme Guinle, defensor do nacionalismo econômico, e, depois, por outro militar, o general Sylvio Raulino de Oliveira. O Conselho Nacional do Petróleo, também instituído em 1938, foi atribuído ao general Júlio Caetano Horta Barbosa, que, inspirado no modelo argentino e uruguaio, se dedicou a erigir um parque nacional de refino como centro de uma estratégia de industrialização do petróleo.

O que viria a ganhar corpo com a criação da Petrobrás, em 1953, cujo primeiro presidente foi o coronel Juracy Magalhães, então presidente da Companhia Vale do Rio Doce, ainda que filiado à oposicionista União Democrática Nacional. À frente da criação da Fábrica Nacional de Motores, inicialmente voltada à fabricação de motores de aviação, estava o coronel Antonio Guedes Muniz. Em cada uma dessas instituições, a presença e o protagonismo militares fez com que a nascente industrialização brasi-

leira se desse sob a égide dos interesses estratégicos do Estado e se imbricasse com a defesa e a segurança nacionais, servindo a propósitos extra econômicos. Como afirmou Moniz Bandeira,

A industrialização do Brasil correspondia, no entanto, aos interesses das Forças Armadas. O projeto de exploração e refino do petróleo bem como o programa de construção, no país, dos primeiros reatores atômicos (usinas para a produção de urânio metálico e separação de isótopos) tinham, sobretudo, raízes bastante profundas nos meios militares, da mesma forma que, anteriormente, o esforço pela instalação do complexo siderúrgico de Volta Redonda, necessário ao desenvolvimento da indústria pesada. As Forças Armadas percebiam, desde pelo menos a década de 1930, a conveniência de reduzir as vulnerabilidades internas e externas do Brasil, mediante o aproveitamento dos seus próprios recursos naturais, tais como ferro, carvão, petróleo e, posteriormente, tório, urânio e ou-



tros minerais estratégicos, de modo a suprimir, tanto quanto possível, dependências de suprimentos estrangeiros e, possibilitando o progresso industrial e o avanço tecnológico, avigorar os meios de defesa e promover melhores condições de segurança nacional. A expansão industrial significava, para eles, o incremento do seu poderio militar, tático e estratégico, e, nessa medida, a percepção da segurança nacional contra ameaças internas e externas entrelaçava-se com a do desenvolvimento econômico, que ao Estado, naquelas circunstâncias, cabia impulsionar ou diretamente empreender. Essa consciência, racionalizada pelo general Góes Monteiro, transformou-se em doutrina, orientando, via de regra, o comportamento das Forças Armadas⁸.

Ao gestar o que posteriormente viria a ser desenvolvido pela Escola Superior de Guerra como Doutrina de Segurança Nacional, calcada no binômio interdependente desenvolvimento/segurança, pode-se dizer

que Vargas militarizou o processo de industrialização, por entender o sentido estratégico e cívico-militar do desenvolvimento nacional. Ao vincular as instituições desenvolvimentistas às Forças Armadas, instituição nacional e permanente por definição, Vargas deu às novas indústrias caráter nacional e permanente, acima das questões político-partidárias contingentes. Ele não queria que as instituições por ele criadas fossem vistas como sendo “do Getúlio”, mas do Brasil, para que pudessem ser continuadas e aprimoradas após seu governo e em circunstâncias políticas opostas a que ele estabelecia. Essa foi a marca do estadismo de Vargas: construir o Brasil tendo em vista não um projeto pessoal de poder, mas a eternidade e a permanência do Brasil, acima das lideranças e dos partidos.

A industrialização, eivada de natureza estratégica, foi, também, associada a um projeto de ocupação e desbravamento do interior brasileiro, com



finalidades tanto internas, de integração econômica e demográfica pela expansão do raio territorial de influência estatal e de localização das atividades produtivas, quanto externas, para projetar a influência brasileira na América do Sul com vista a fazer do Brasil a primeira potência regional, conforme preconizado por Mário Travassos, em sua influente obra *Projeção Continental do Brasil* (1930).

A Marcha para o Oeste, como Vargas denominou a “expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país”, reivindicou a continuidade da epopeia bandeirante de construção da continentalidade brasileira com o fito de dotar o desenvolvimento de uma escala verdadeiramente imperial, com todo o sentido de grandeza intrínseco ao Brasil e ao qual as instituições e dinâmicas internas deveriam se

referenciar. Inscrevia-se, pois, no planejamento militar de integração e defesa territoriais, buscando, pela direção pioneira do Estado, preencher de povo, de economia e, portanto, de história, os rincões vazios do Brasil, cuja falta de articulação com o restante do País tornava-os vulneráveis a ingerências externas e separatismos internos.

Vargas tinha consciência de que a continentalidade era o destino e a fonte de prosperidade do Brasil. Nas profundezas geográficas autóctones, estavam os fatores de realização da brasilidade, esperando a iniciativa dos brasileiros para se transformarem em pujança nacional. O Brasil brasileiro não se limitaria à extensão longitudinal litorânea, mas se embrenharia latitudinalmente, preenchendo de brasileiros e de atividades brasileiras a vastidão telúrica circunscrita nas fronteiras políticas. Por isso, Vargas, no discurso de encerramento de ano em 1937, afirmara que



O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: - dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial⁹.

No âmbito econômico da integração nacional, a Marcha ao Oeste, operada pela Fundação Brasil Central¹⁰, buscava a valorização dos “incalculáveis recursos materiais” do Brasil, objetivo nuclear da política econômica de Vargas, como admitido por ele em entrevista ao *Paris Soir*, publicado na capital francesa em 17 de julho de 1939 e no Rio de Janeiro dois dias depois.

A criação da cidade de Goiânia, em 1933, foi um dos projetos-piloto de interiorização demográfica e econômica do Brasil

no bojo da Marcha para o Oeste, antecipando e preparando terreno para a construção de Brasília, cujo perímetro já havia sido delimitado desde o início da década de 1890 pela Missão Cruls. O Plano Ferroviário de 1934, ao estabelecer uma estratégia de vertebração logística do território, colocava o imperativo de unificação física do Brasil para fins de integração econômica e demográfica, em última instância geopolítica. A criação dos Territórios Federais do Amapá, do Guaporé (atual Rondônia), do Iguaçu e de Rio Branco, pelo Decreto-Lei nº 5.812/1943, posicionava as Forças Armadas e, portanto, o Estado nas fronteiras desabitadas para melhor ocupá-las e desenvolvê-las, colocando o poder central como agente de integração e de defesa nacionais e os militares como agente estratégico de desenvolvimento do país.

Também com o intuito de estender a presença estatal a todo o território, Vargas fortale-



ceu e equipou as instituições de garantia da ordem e da segurança públicas, como as polícias civis e militares, subordinando as últimas ao controle central do Exército, de acordo com o espírito centralizador com o que logrou superar o federalismo disfuncional da República Velha.

A criação do Departamento Federal de Segurança Pública buscou uniformizar a política de segurança, impedindo que cada estado se tornasse uma república autônoma e utilizasse seu efetivo de polícias militares para afirmar seus interesses localistas frente à União. As polícias militares, devidamente controladas pelo Exército, transformado em instância superior de segurança pública, foram incrementadas com a criação, em 1933, do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e, em 1941, com a criação do Pelotão Motorizado, visando formar novas companhias e esquadrões motorizados, dotados dos mais modernos materiais e armamentos.

Também se estendeu aos policiais militares uma série de garantias trabalhistas voltadas à dignificação da profissão. De 1930 a 1941,

foi tornado o montepio extensivo a oficiais e sargentos; foram concedido vencimentos integrais nos casos de reforma por invalidez decorrente de determinadas moléstias ou de atos de serviço; foi estendido aos sargentos o direito ao gozo de férias; foi criado o auxílio alimentar para os possuidores de encargos de família e declarada a independência de reengajamento para as praças com tempo de serviço superior a 10 anos. Recentemente, foi criada a Seção de Gêneros, espécie de armazém reembolsável que permite a oficiais e praças vantajosos abastecimentos em gêneros de primeira necessidade¹¹.

A segurança pública se tornou, assim, questão nacional e estratégica, a serviço da integração do País. Bastante representativo foi o combate impla-



cábel movido por Vargas ao cangaço, poder armado paralelo que desafiava o Estado e semeava o terror na região Nordeste.

Os cangaceiros, apoiados por oligarcas locais, que os utilizavam como milicianos, e até mesmo pelos comunistas, que os viam como potenciais aliados na luta revolucionária, haviam crescido à sombra da fragilidade institucional e do abandono do Nordeste na República Velha, mas encontraram em Vargas seu mais obstinado inimigo. Não apenas seus principais representantes, como Lampião, Maria Bonita e Corisco, foram fisicamente eliminados, como a ação do Governo central no Nordeste se organizou para que o banditismo jamais voltasse a imperar. De fato, o cangaço deixou de existir como tal e se tornou mera simbologia cultural. Somente mais de meio século após, na década de 1990, já em pleno processo de demolição da Era Vargas, que se voltaria a ouvir falar em cangaço, o

que prova a eficiência de Vargas em garantir a segurança pública para construir a unidade nacional necessária à realização dos ideais civilizatórios da brasilidade.

A deposição de Vargas pelas Forças Armadas em 1945 não significou a ruptura absoluta do varguismo com os militares, ainda que tivesse ensejado o distanciamento hostil entre largos setores das Forças Armadas e do trabalhismo, movimento civil ao qual Vargas se filiou. A partir de então, as relações de Vargas com os militares se daria em relação a alas e vertentes, não propriamente com a instituição, como fora até então. Prova disso seria a polêmica eleição para a diretoria do Clube Militar em 1950, opondo, de um lado, os pró-Vargas Estillac Leal, Segadas Vianna e Zenóbio da Costa, e os anti-Vargas Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Nelson de Mello.

A chapa vencedora, liderada pelo general Newton Estillac Leal, foi um forte ponto de



apoio institucional para o retorno democrático de Vargas ao poder no ano seguinte. Vargas, porém, não deixou de lidar institucionalmente com as Forças Armadas, como, por exemplo, ao os trabalhos da Escola Superior de Guerra. Isso apesar da severa oposição de grande parte da oficialidade, que culminaria no “manifesto dos coronéis” de 1954, o qual, exigindo a renúncia de Vargas, contribuiu para o processo de crise política do qual o suicídio seria o evento máximo.

Em síntese, pode-se considerar que a Era Vargas significou a incorporação das Forças Armadas ao núcleo dirigente do Estado, o que permitiu a ele se consolidar como Estado-nação e como agente planejador da economia e indutor do desenvolvimento. A partir de Vargas, os militares tornaram-se agente político definidor dos rumos históricos do país, pelo menos até a “civilização” do poder com a redemocratização de 1985.

A Era Vargas, assim, realizou o sentido cívico-militar que deu origem à República e o utilizou como fator propulsor do desenvolvimento e da integração nacionais.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.961*, de 20 de janeiro de 1941.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.878*, de 4 de outubro de 1943.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Hucitec, 2018.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas*. Brasília: FUNAG, 2009.



SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: Cpdoc/FGV, UnB, 1983.

SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (orgs.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004..

NOTAS

¹ Referente ao Conde de Saint-Simon (1760-1825), uma das principais influências teóricas de

Getúlio Vargas

² Cf. SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (orgs.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004; FONSECA, Pedro Cezar D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Hucitec, 2018.

³ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 102.

⁴ FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas*. Brasília: FUNAG, 2009.

⁵ Ibid.

⁶ BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.961*, de 20 de janeiro de 1941.

⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 56.

⁸ Ibid: p. 62.

⁹ FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, op.cit.

¹⁰ BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.878*, de 4 de outubro de 1943.

¹¹ SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: Cpdoc/FGV, UnB, 1983, p. 123